

- b) Documento de identificação — juntar fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Documento comprovativo das habilitações profissionais e respectiva duração e carga horária (especializações, seminários, acções de formação);
- e) Outros documentos que o candidato entenda dever apresentar para apreciação do seu mérito.

8.3 — Todos os documentos a apresentar pelos candidatos que revistam a natureza de declaração ou prova deverão ser confirmados pelo serviço que os emite.

9 — Os candidatos pertencentes ao Instituto Politécnico de Bragança ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos constantes do respectivo processo individual, devendo, porém, mencioná-lo expressamente no requerimento de admissão.

10 — Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso aplicam-se as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — A relação de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Garantia de igualdade de tratamento de oportunidades — em cumprimento do disposto na alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — A constituição do júri será a seguinte:

Presidente — Professor-adjunto João Paulo Ramos Teixeira.  
Vogais efectivos:

Professor-adjunto Américo Vicente Teixeira Leite.  
Professora-adjunta Ângela Paula Barbosa da Silva Ferreira.

Vogais suplentes:

Professor-adjunto José Augusto Carvalho.  
Equiparada a assistente do 2.º triénio Fernanda Oliveira Resende.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

7 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Dionísio Afonso Gonçalves*.

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

**Despacho (extracto) n.º 22 286/2005 (2.ª série).** — Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 6 de Outubro de 2005:

Doutora Luísa Fernanda Ribeiro Gomes Ferreira Nunes e mestre Pedro Jesus Sequeira — nomeados definitivamente na categoria de professor-adjunto da Escola Superior Agrária deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos ao dia 24 de Setembro de 2005.

11 de Outubro de 2005. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

## INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

**Aviso n.º 9352/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 29 de Setembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

Maria Alexandra Sabino Dias Pinto — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, com início a 1 de Outubro de 2005, por um período de um ano, e com o vencimento ilíquido de € 2117,19, actualizável nos termos legais.

Vítor Manuel Gomes Roque — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, com início a 1 de Outubro de 2005, por um período de um ano, e com o vencimento ilíquido de € 2344,03, actualizável nos termos legais.

Alberto da Trindade Martinho — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparado a professor-coordenador sem agregação, com início a 1 de Outubro de 2005, por um período de dois anos, e com o vencimento ilíquido de € 3327,02, actualizável nos termos legais.

António Manuel da Silva e Melo — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparado a professor-adjunto, com início a 1 de Outubro de 2005, válido por um período de um ano, e com o vencimento ilíquido de € 1865,15, actualizável nos termos legais.

Amália Gonçalves da Fonseca — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparada a professora-adjunta, com início a 1 de Outubro de 2005, por um período de um ano, e com o vencimento ilíquido de € 2797,72, actualizável nos termos legais.

João Pedro Vaz Pinheiro Estêvão — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, com início a 1 de Outubro de 2005, por um período de dois anos, e com o vencimento ilíquido de € 1512,28, actualizável nos termos legais.

Sandra Isabel Pinto Silva — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Turismo e Telecomunicações com a categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, com início a 12 de Outubro de 2005, válido por um período de um ano, e com o vencimento ilíquido de € 2117,19, actualizável nos termos legais.

6 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Jorge Manuel Monteiro Mendes*.

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

**Despacho n.º 22 287/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 6 de Outubro de 2005:

Fátima da Conceição Fernandes dos Santos Costa e Carlos Manuel da Silva Costa — autorizada a celebração dos contratos administrativos de provimento, precedida de concurso, como técnicos profissionais especialistas, área áudio-visual, para o Instituto Politécnico de Lisboa, pelo período de um ano, renovável nos termos da lei, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*, auferindo a remuneração mensal ilíquida de acordo com o sistema remuneratório em vigor. (Não carece de fiscalização prévia.)

10 de Outubro de 2005. — O Administrador, *António José Carvalho Marques*.

## Serviços de Acção Social

**Despacho (extracto) n.º 22 288/2005 (2.ª série).** — Por despacho da administradora para a acção social do Instituto Politécnico de Lisboa de 14 de Outubro de 2005:

Maria Teresa Fernandes de Almeida — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para a categoria de técnica superior estagiária para os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Outubro de 2005. — A Administradora para a Acção Social, *Teresa Maria de Oliveira Cabeçudo Torres Martins*.

**Despacho (extracto) n.º 22 289/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 27 de Setembro de 2005:

Filomena Duarte Barata Ramalho, assistente administrativa principal do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa — nomeada técnica superior estagiária, em comissão de serviço extraordinária, com vista à reclassificação profissional, pelo período legalmente fixado para o estágio de ingresso na carreira de técnica superior. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Outubro de 2005. — A Administradora para a Acção Social, *Teresa Maria de Oliveira Cabeçudo Torres Martins*.